

AKROPOLIS: LIÇÕES PARA PENSAR O SUS

Akropolis: lessons to think SUS

Rodrigo Siqueira-Batista¹

Professor da Universidade Federal de Viçosa

A nossa cidade inteira é a escola da Grécia e parece-me que cada homem da nossa gente orienta individualmente a própria personalidade independente para qualquer tipo de atividade, e com maior versatilidade, mas sempre acompanhada de decoro. Seremos admirados pelos homens de hoje e pelos seus descendentes, sem precisarmos de Homero.

Péricles

RESUMO

O presente texto é uma resenha crítica do livro '*Akrópolis: a grande epopéia de Atenas*', de Valerio Massimo Manfredi.

ABSTRACT

This paper is a critical review of the book '*Akrópolis: the great epic of Athens*' by Valerio Massimo Manfredi.

MANFREDI, Valerio Massimo. *Akropolis: a grande epopéia de Atenas*. Tradução de Mario Fondelli. Porto Alegre, RS: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

A história de Atenas – cidade-estado berço dos ideais de cidadania e, sobretudo, de democracia – continua a *iluminar* as reflexões da mulher / do homem ocidental. É bem verdade que o modo segundo o qual os gregos antigos empregaram esses conceitos ético-políticos está longe de ser imediatamente transponível às sociedades do século XXI*; entretanto, perscrutar como tais concepções foram forjadas, *originariamente*, pode auxiliar o melhor entendimento acerca dessas ideias centrais – e profundamente caras – à vida contemporânea em sociedade, com substantivas reverberações no que tange à participação democrática no Sistema Único de Saúde (SUS)², aspecto essencial à formação

¹ Departamento de Medicina e Enfermagem, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense (UFF).

* De fato, de acordo com Godbout, “*Em seu nascimento, ‘nossa’ democracia representativa não tem muito a ver com a democracia direta*” (p. 55), ponderando-se que “*o modelo mais conhecido de democracia direta, ao qual nos referimos espontaneamente, é a democracia ateniense (...)*” (p. 57) e que “*a democracia representativa não decorre da democracia direta*” (p. 59). Cf. GOUDBOUT, J. *Há representação sem representatividade?* In: Martins PH, Matos A, Fontes B. Os limites da democracia. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

médica, conforme destacado no artigo 6º das atuais *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina*³, nas quais se prevê a formação de um médico capaz de atuar na

VII - *Construção participativa do sistema de saúde, de modo a compreender o papel dos cidadãos, gestores, trabalhadores e instâncias do controle social na elaboração da política de saúde brasileira* (p. 3)³.

É nessa esfera que adquire importância o livro *Akropolis – a grande epopeia de Atenas* (Figura 1) de Valerio Massimo Manfredi, publicado, pelas editoras L&PM e Rocco⁴. Trata-se de uma obra que cumpre, precipuamente, o papel de apresentar de modo panorâmico, em onze capítulos, a história de Atenas, desde suas origens míticas até o momento da morte de Sócrates.

O texto de Manfredi se organiza de forma bastante peculiar, alternando (1) narrativas sobre a história da cidade e (2) relatos sobre sua amizade com o ateniense Kostas Stavropoulos – cujo contexto é apresentado no *Prefácio* –, o qual acabou se tornando um leitor em primeira mão dos capítulos “históricos” da obra.

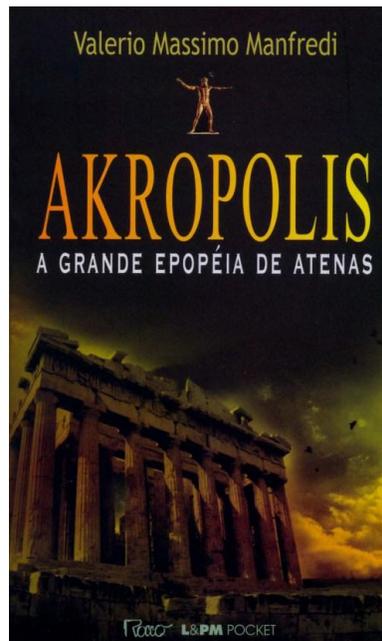


Figura 1. Akropolis, de Valerio Massimo Manfredi.

Narrativas míticas sobre a fundação de Atenas são apresentadas no Capítulo I (*O mito*), destacando o ‘papel’ da deusa Atena, protetora da cidade. Na sequência, são discutidos (i) o exercício de poder pela aristocracia – fundamentado no *ghenos*, o qual “indica o nascimento, a geração, o vínculo de sangue” (p. 48)⁴ –, (ii) as reformas de Sólon (Capítulo II – *O legislador*), no século VI a.C. – poeta e político que, dentre outros feitos, aboliu a escravidão por dívidas e ampliou o acesso dos cidadãos às decisões políticas –, (iii) o período de ascensão do tirano Pisístrato, no século VI a.C. (Capítulo III – *Os tiranos*), delimitando-se a tirania como “forma institucional anômala que mais tarde

foi duramente deplorada pelas fontes históricas” (p. 63)⁴ e (iv) o governo de seus filhos Hípias e Hiparco.

Os três capítulos seguintes são centrados, especialmente, nas Guerras Médicas (ou Guerras Greco-Persas), envolvendo os helenos e os persas-medos. De fato, no Capítulo IV (*A democracia*) são apresentados dados sobre a célebre Batalha de Maratona, em 490 a.C, sob a liderança de Milcíades – ainda que se exponha, igualmente, a derrocada da tirania e o trabalho de Clístenes, arconte que levou a cabo uma série de reformas, em 508 a.C., as quais deram substantivo passo em direção à organização democrática ateniense; no Capítulo V (*Salamina*), comenta-se o notável episódio das Termópilas – que culminou no sacrifício dos 300 espartanos –, a evacuação de Atenas ante a iminência da invasão pelo exército do rei Xerxes e a vitória dos atenienses, chefiados por Temístocles, sobre a marinha persa na batalha de Salamina; e, no Capítulo VI (*A liga naval*), narra-se a vitória ‘definitiva’ dos gregos, liderados pelo espartano Pausânias, em Platéias e, ato contínuo, a consolidação da hegemonia de Atenas no mar – controle do Egeu – após a criação da Liga de Delos.

O papel central de Péricles (Figura 2) na consolidação da democracia ateniense é abordado no Capítulo VII (*Péricles*) – o qual se inicia com a descrição de uma série de movimentos, diplomáticos e militares, de uma *polis* que consolidava, a cada dia, sua hegemonia a frente da Liga de Delos – e no Capítulo VIII (*A cidade imperial*), no qual se detalham vários aspectos da organização social e política da cidade. É importante mencionar que a vida ético-política na Atenas de Péricles – sociedade na qual o sistema democrático havia sido levado “às extremas consequências” (p. 159)⁴ – reconhecia que “o órgão soberano era a assembleia do povo, que se reunia ao ar livre no morro da Pnice, perto da acrópole” (p. 159)⁴. O Capítulo IX (*A grande guerra*) é dirigido à narrativa da Guerra do Peloponeso – entre Atenas, Esparta e os respectivos aliados – cujo desenlace – a derrota ateniense – representa um prelúdio da decadência da cidade-estado.

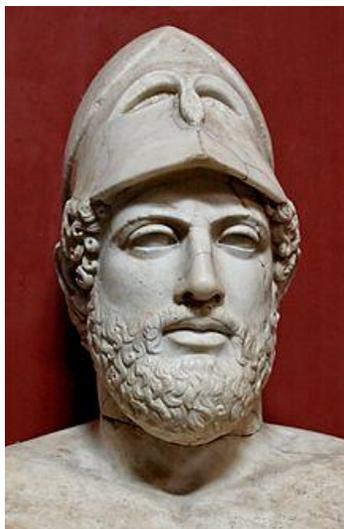


Figura 2. Busto de Péricles (Museus do Vaticano, Roma).

O livro chega ao final destacando, nos seus dos últimos capítulos – Capítulo X (*Alcibíades*) e Capítulo XI (*Sócrates*) –, a participação desses dois grandes personagens da vida pública da cidade, com destaque para Sócrates, um dos pensadores mais influentes – *via* Platão – da história do Ocidente.

É possível que uma das grandes virtudes do livro, além da escrita clara e agradável, seja a apresentação de elementos muito significativos para pensar as democracias contemporâneas em todas as suas fortalezas e contradições. Esse âmbito é central em termos dos alcances – possíveis – da participação popular nos procedimentos decisórios, aspecto seminal da organização do SUS, ao se reconhecer que “*a participação social nos processos de gestão ou na defesa do SUS tem acumulado um importante patrimônio na democracia participativa em nosso país*” (p. 505)⁵. De fato,

“No caso brasileiro, destaca-se a especial importância da discussão sobre os mecanismos de controle social das políticas públicas. Nesse sentido, o Brasil oferece lições importantes ao criar mecanismos institucionais inovadores para o envolvimento popular e responsabilidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), moldando a participação como um direito” (p. 626)².

A premissa de participação democrática representa um inegável avanço, mas impõe relevante questão: *Como qualificar os cidadãos para o pleno exercício da tomada de decisão em relação ao SUS?** Ora, tal contexto é *similar* aquele enfrentado por Péricles, no processo de consolidação da democracia ateniense. Uma das estratégias adotadas pelo estadista foi favorecer “*(...) de todas as formas possíveis a promoção cultural do povo*” (p. 164)⁴, facilitando o acesso às representações teatrais – as tragédias e as comédias –, as quais se inscreviam em uma “*formidável liberdade de expressão*”, contribuindo para “*formar a consciência de cidadania na Atenas de Péricles*” (p. 165)⁴.

A formação da referida “*consciência de cidadania*” representa, possivelmente, o principal desafio para uma participação democrática mais efetiva nos processos decisórios na área da saúde:

“A falta de conhecimento sobre a atuação dos conselhos não é detectada apenas entre os usuários do SUS. Nota-se que os próprios gestores e membros dos conselhos apresentam um conhecimento insatisfatório sobre o papel e a importância do mesmo. Essa realidade tem sido apontada por diversos autores como fator limitante à implantação do princípio da participação social em diversos municípios brasileiros, uma vez que, no exercício de suas funções, os conselhos de saúde demandam dos cidadãos uma crescente capacidade de atuar politicamente, promover negociações e acordos, resolver conflitos, fiscalizar e estabelecer prioridades no campo da saúde” (p. 113)⁶.

Como contribuir para o amadurecimento da “*consciência de cidadania*” para o SUS? Dísparas estratégias têm sido tentadas, tais como (1) a criação de espaços para formação dos conselheiros municipais de saúde – com destaque para o *Curso Nacional de Qualificação de Conselhos de Saúde*, oferecido pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na modalidade ensino à distância – e (2) a instituição da *Política Nacional de Educação Popular em Saúde* – PNEPS-SUS⁷ –, as quais

** De fato, para BATAGELLO e colaboradores (2011, p. 628), “*A legitimidade da argumentação técnico-científica, por exemplo, tende a impor o silêncio às experiências populares e a desautorizar o posicionamento de seus representantes*”.

abrem perspectivas para atuação em termos dos conselhos municipais de saúde e, de forma mais ampla, dos “*movimentos sociais populares*”⁷. Chama a atenção, em relação à PNEPS-SUS, os objetivos de (artigo 6º) “*fortalecer a gestão participativa nos espaços do SUS*” (p. 3)⁷ e de “*reconhecer e valorizar as culturas populares, especialmente as várias expressões da arte, como componentes essenciais das práticas de cuidado, gestão, formação, controle social e práticas educativas em saúde*” (p. 3)⁷. Em suma, trata-se de fortalecer a cultura – reconhecendo “*as várias expressões de arte*”, tendo em vista o aprimoramento da “*gestão participativa*” do SUS. As *analogias* – entendidas como “*extensão provável do conhecimento mediante a passagem de uma proposição que exprime certa situação para uma outra proposição que exprime uma situação genericamente semelhante*” (p. 57)⁸ – com as preocupações de Péricles, conforme apresentadas em *Akropolis*, são bastante salutares.

Parece interessante uma aproximação, com os olhos contemporâneos, da *reflexão-ação* de líderes democráticos atenienses como Sólon, Clístenes e Péricles e, igualmente, das críticas de pensadores como Aristófanes e Sócrates (lembrando-se que, esse último, nada deixou escrito, sendo seu pensamento acessível especialmente a partir da filosofia platônica) – somente para citar os mais conhecidos que perfilam em *Akropolis* –, tendo em vista que naquele espaço-tempo forjou-se o referencial ético-político da democracia no Ocidente. Assim, é possível que trabalhadores e educadores da área de saúde – incluindo os médicos – possam se beneficiar da leitura da obra de Manfredi, trazendo ideias para o aprimoramento da *práxis* – no sentido que os gregos deram a esse termo –, quiçá para a construção de um SUS que manifeste, de forma plena, seus referenciais democráticos de origem, os mesmos que fizeram os atenienses serem “*admirados pelos homens de hoje*”.

Referências

1. Goudbout J. *Há representação sem representatividade?* In: Martins PH, Matos A, Fontes B. Os limites da democracia. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.
2. Batagello R, Benevides L, Portillo JAC. Conselhos de saúde: controle social e moralidade. *Saúde e sociedade*, v. 20, n. 3, p. 625-634, 2011.
3. Brasil. Resolução Nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Consultado em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20138&Itemid=866
4. Manfredi VM. *Akropolis: a grande epopéia de Atenas*. Tradução de Mario Fondelli. Porto Alegre, RS: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
5. Costa AM, Lionco T. Democracia e gestão participativa: uma estratégia para a equidade em saúde? *Saúde e Sociedade* 2006; 15(2):47-55.
6. Martins PC, Cotta RMM, Mendes FF, Franceschini SCC, Priore SE, Dias G, Siqueira-Batista R. Conselhos de saúde e a participação social no Brasil: matizes da utopia. *Physis* 2008; 18(1):105-121.

7. Brasil. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)*. Portaria No - 2.761, de 19 de novembro de 2013.
8. Abbagnano N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.